

A LÍNGUA PORTUGUESA NO TERRITÓRIO TIMORENSE: UMA QUESTÃO DE STATUS LINGUÍSTICO¹

Leiliane Rezende da Silva Silveira

Lorena Almeida Pedra

Thiago Soares de Oliveira

Resumo: A convivência com a língua portuguesa dentro da região de Timor-Leste continua sendo um marco para a nação timorense, tendo em vista as invasões sofridas ao longo de sua trajetória histórica, resultando na disseminação de múltiplas variedades linguísticas até o registro da oficialidade da língua portuguesa. Em 28 de novembro de 1975, os timorenses puderam, enfim, galgar a independência e, em 20 de maio de 2002, houve o advento da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, quando o português, assim como o tétum, passou a ser considerado língua oficial. Nesse sentido, este trabalho objetiva refletir sobre o porquê de a língua portuguesa manter status linguístico em Timor, ainda que terminado o domínio lusitano e que se trate de uma língua pluricêntrica. Frente a isso, adotou-se a pesquisa bibliográfica, valendo-se de materiais impressos e eletrônicos pertinentes ao tema em questão e, por meio da técnica do fichamento, foram reunidas bases teóricas que pudessem respaldar os argumentos levantados. Como resultados obtidos, ressalta-se a relevância da língua portuguesa no território timorense, sendo esta determinante de uma herança identitária para o país. A partir da memória da colonização em Timor, o português foi inserido na Constituição da República de Timor-Leste.

Palavras-chave: Política linguística. Lusofonia. Língua pluricêntrica. Língua Portuguesa. Timor-Leste.

Abstract: Living with the Portuguese language within the Timor-Leste region continues to be a milestone for the Timorese nation, given the invasions suffered throughout its historical trajectory, resulting in the dissemination of multiple linguistic varieties until the official registration of the Portuguese language. On November 28, 1975, the

1 Título em língua estrangeira: “The portuguese language in timorens territory: a matter of language status”.

Timorese were finally able to achieve independence and, on May 20, 2002, the Constitution of the Democratic Republic of Timor-Leste came into being, when Portuguese, like Tetum, became considered an official language. In this sense, this work aims to reflect on why the Portuguese language maintains a linguistic status in Timor, despite the end of the Portuguese domain and that it is a pluricentric language. In view of this, bibliographical research was adopted, using printed and electronic materials relevant to the topic in question and, through the technique of filing, theoretical bases that could support the arguments raised were gathered. The results obtained highlight the relevance of the Portuguese language in the Timorese territory, which is a determinant of an identity heritage for the country. From the memory of colonization in Timor, Portuguese was inserted in the Constitution of the Republic of Timor-Leste.

Keywords: Linguistic policy; Lusophony; Multicentric language; Portuguese language; East Timor.

Introdução

Timor-Leste, país asiático que se tornou independente de Portugal no ano de 1975 e restaurou-se em 2002², é repleto de especificidades, sendo o uso do português apenas uma delas. Tal nação encontrou grandes dificuldades para estruturas de ordem econômica e política, o que colaborou para que se tornasse plurilíngue, com a “coexistência de 31 grupos étnico-linguísticos” (PAULINO, 2011, p. 85), ainda que apenas a língua portuguesa e o

2 A Restauração da Independência de Timor-Leste ocorreu em 20 de maio de 2002, após um plebiscito popular em que os cidadãos timorenses optaram por se tornar uma nação independente da Indonésia, que, por meio de um regime opressor, impôs um modelo governamental que deixava a desejar no que tange aos anseios da população, de modo a ofertar uma perspectiva de ensino que buscasse preparar os nativos como mão de obra, não se voltando para um ensino crítico.

tétum sejam nomeadas oficiais³; o inglês e o indonésio são considerados idiomas de trabalho.

A Restauração da Independência⁴ de Timor colaborou para a oficialização da língua portuguesa no território e, conseqüentemente, sua inserção na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com a finalidade de obter apoio dos países-membros, para que, desse modo, fosse possível firmar acordos políticos e estabelecer laços linguísticos, visando ao fortalecimento, à oficialização e à utilização da língua portuguesa no território. Em contrapartida, a língua tétum já ocupava lugar de soberania em Timor-Leste, pois “a língua portuguesa nunca chegou a se tornar idioma normal de comunicação oral, nem língua de contato entre diferentes etnias — papel que sempre coube ao tétum” (BRITO, 2013, p. 81).

O percurso da língua portuguesa em Timor-Leste foi marcado por conflitos até conquistar sua oficialidade administrativa no território timorense, a fim de integrar uma política de status linguístico. Frente a isso, o ensino e a difusão da língua portuguesa se depararam com obstáculos por parte do regime opressor dos povos indonésios, os

3 A língua portuguesa e o tétum receberam a nomeação como línguas oficiais de Timor-Leste sob o artigo 13 da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (2002).

4 A Restauração da Independência de Timor-Leste é considerada um dia histórico para a nação timorense, tendo em vista seu passado de opressão.

quais inibiram arduamente a disseminação e a propagação do português entre 1975 e 1999, o que acabou por denominar o idioma lusitano, nesse período, como “língua de resistência” (GUIMARÃES, 2018). Desse modo, surge o seguinte questionamento: como a política timorense de status linguístico influenciou na disseminação e sustentação da língua portuguesa no Timor?

Assim sendo, sem a intenção de esgotar o assunto, este artigo, que apresenta brevemente a trajetória da língua portuguesa no Timor-Leste, tem o intuito de refletir, com base na Política Linguística, sobre o porquê de a língua portuguesa, uma língua pluricêntrica, manter status linguístico em Timor, um país plurilíngue, mesmo depois de findado o domínio lusitano. Para tanto, utilizaram-se como pilares teóricos a Constituição Timorense e alguns acervos bibliográficos. O estudo busca subsídios para verificar se se pode afirmar que a língua portuguesa exerce um papel de preponderância, de status, em Timor-Leste, apenas em razão da oficialidade atribuída pela Constituição.

Concepção histórica da língua portuguesa no território de Timor

O território timorense está localizado no sudeste asiático, possuindo uma área territorial de 14.954.44 e 1.241.506 habitantes (CENSO, 2017). Avizinha-se com a “cidade

australiana de Darwin cerca de 560 km e de Jacarta 2.000, de Macau 3200 km e 11.500 de Moçambique” (FERNANDES, 2011, p. 35). A região timorense é rica e ilustrada por vastas ilhas límpidas. Por ser banhada pelos oceanos Índico e Pacífico, no território existem riquezas naturais, e é abundante o ecossistema, além da terra fértil e produtiva, atraindo diversos povos interessados em explorar o sândalo.

Uma velha lenda maubere conta que a ilha de Timor foi originada por um crocodilo que, em tempos antigos, foi procurar as terras onde nasce o sol com um rapaz no seu dorso. Cansado de tanto mar, o seu corpo fatigado ficou imobilizado e transformou-se em pedra e terra, crescendo uma grande ilha com rios e florestas: o crocodilo fez-se terra para se eternizar. O rapaz caminhou sobre a ilha, ladeou-a e chamou-lhe Timor. (BEDIN; CASTAGNA, 2010, p. 160)

O país dispõe de riquezas culturais oriundas de sua trajetória histórico-linguística, que propiciou a existência de múltiplas variedades linguísticas naquela região. Por isso e devido à coexistência de diversos grupos étnicos e de diversos dialetos, ele se tornou um país plurilíngue. Suas línguas oficiais são a língua portuguesa e o tétum. Segundo Bedin e Castagna (2010), em 1512, período em que Timor foi ocupado pelos povos portugueses, o país foi nomeado Timor-Português. No entanto, o seu desbravamento tornou-

se efetivo em 1562, devido às rotas marítimas encabeçadas pelos conquistadores lusitanos. Assim, naquele mesmo ano, ocorreu efetivamente a chegada de missionários com a intenção de conversão religiosa dos povos nativos e de ensino de língua portuguesa.

A memória do colonialismo na região timorense remonta a táticas, como a inserção da língua portuguesa nas igrejas, por meio da catequização dos timorenses, e a alfabetização em português. De acordo com Soares (2011), constata-se a relevância da inserção do ensino de língua portuguesa após o nível pré-primário escolar, entendendo que este seria o momento oportuno para que os alunos desenvolvessem suas práticas de leitura em português. Após séculos de domínio, apenas em 1898 houve a abertura do Colégio de Soibada, primeira escola de ensino secundário no país, sob administração dos jesuítas. O objetivo era disseminar o ensino da língua portuguesa na ilha, como resposta ao passado obscuro, no qual o ensino do português não obteve um retorno efetivo. Para tanto, novas práticas foram estabelecidas, como o apadrinhamento dos soldados portugueses, ao lado dos missionários já atuantes.

Os soldados se estabeleceram na ilha com o intuito de prestar serviços aos portugueses, na companhia dos

missionários a cargo da igreja, visando a traçar práticas contribuintes para a difusão do ensino de língua portuguesa em Timor-Leste. Apesar da prevalência dos portugueses na intervenção de efetivar novos mecanismos voltados para a educação linguística no país, eles não obtiveram o devido retorno. Segundo Silveira (2017), somente com o advento da estruturação do Estado Democrático Timorense, a língua portuguesa reabilita um aspecto de notoriedade administrativa diante das mais de vinte línguas⁵ existentes na região.

Com o intuito de ampliar o efeito de sua dominação, os portugueses dispuseram-se, aos poucos, a explorar as terras nativas e a desbravar o território. Além do interesse em ensinar língua portuguesa para os habitantes da ilha, eles também buscavam as várias explorações mercantis que lhes destinassem algum retorno financeiro a partir das vastas riquezas naturais. Decerto que a “Língua Portuguesa em Timor-Leste teve necessariamente início nos contatos com comerciantes, que foram considerados o primeiro público interessado em aprendê-la, de modo a beneficiar os negócios” (PAULINO, 2019a, p. 108). Nesse sentido, inicialmente calcado em um caráter religioso e de imposição

5 Devido ao entendimento de que a classificação de um idioma como língua ou dialeto é preponderantemente política, o termo “língua” é utilizado com significado geral neste trabalho, abarcando ambas as concepções.

“suave” do colonizador para acesso a serviços públicos, o aprendizado do português firmava-se com um interesse na obtenção de receitas decorrentes do comércio de matérias-primas, tais como o sândalo e especiarias.

De acordo com Soares e Araújo e Sá (2013), em maio de 1974, o Timor ainda prevalecia sob o domínio português. A “Revolução dos Cravos” foi um fato histórico que impulsionou a criação de partidos políticos, o que, posteriormente, originou a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN). Em 28 de novembro de 1975, a Frente proclamou a primeira independência do país. Após o término do domínio lusitano no território timorense em 1975, novos domínios foram se ramificando na ilha, o que acarretou mudanças na conjuntura interna de organização étnica. Em decorrência disso, Timor foi invadido pelos povos indonésios nove dias após a proclamação de sua independência, em 7 de dezembro de 1975, perdurando até 1999. O país enfrentou um longo período de torturas e mortes, retardando, por mais de 24 anos, a independência do povo timorense (BRITO, 2013).

Em dezembro de 1941, na conhecida “Era do Timor Português”, Portugal se manteve em regime de neutralidade em decorrência da Segunda Guerra Mundial. As tropas

armadas, oriundas da Austrália e da Holanda, aguardavam a ocupação japonesa, ocorrida posteriormente, em 1942, levando a óbito aproximadamente 60 mil timorenses. No pós-guerra, o país esteve novamente sob o domínio português, deixando a desejar em termos educacionais, administrativos e relacionados à qualidade de vida dos timorenses (BEDIN; CASTAGNA, 2010).

Até 28 de dezembro de 1975, Timor era denominado *Timor Português* devido ao domínio dos portugueses em seu território. Posteriormente, reconfigurou-se em *Timor-Timur*, em decorrência da ocupação dos povos indonésios. Entre 1999 e 2002, Timor esteve sob proteção da Organização das Nações Unidas (ONU) (ALBUQUERQUE; ALMEIDA, 2020). Somente em agosto de 2000, por iniciativa do Conselho Nacional da Resistência Timorense, a língua portuguesa foi contemplada como oficial, e o tétum, por sua vez, denominado língua nacional. Contudo, para Soares e Araújo e Sá (2013), devido às exigências do regime opressor indonésio, houve uma transfiguração linguística no país. Enquanto a população jovial fazia uso do *bahasa* indonésio, os anciãos usavam a língua portuguesa:

Se o português é uma língua oficial de Timor-Leste, cada cidadão tem obrigação de aprender esta língua como se fosse corpo de sua alma, ou seja, um elemento identitário

que faz diferenciar o nós timorenses do de outros países vizinhos – Indonésia e Austrália. Se cada cidadão timorense compreende o sentido de ‘nós timorenses’ em e na língua portuguesa, então, o que é mais útil é fazer um inventário sobre a existência dessa língua, desde a sua entrada até a sua permanência como língua oficial. (PAULINO, 2019b, p. 147)

Brito (2013) revela que, em Timor, a língua portuguesa havia sido silenciada por meio da imposição dos povos indonésios. Pronunciar esse idioma poderia causar a morte. Nesse contexto, o país passava por um período de reconstrução de sua história, não só das estruturas físicas, mas da caracterização identitária do povo timorense. Assim, em 20 de maio de 2002, devido à Restauração do Estado da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), o país passou por uma série de inconstâncias em torno de sua autonomia, administração financeira e estrutural, propiciando o recebimento de auxílio por iniciativa da ONU, com o intuito de restabelecer o vigor de sua independência.

Contudo, até que obtivesse sua independência, Timor foi ocupado por diversos povos, o que colaborou para a diversidade linguística existente no país. Assim, como parte estratégica, durante o período de ocupação dos povos indonésios, houve a imposição da língua indonésia, proibindo-se, por consequência, a propagação do idioma

lusitano. No entanto, ele se manteve vivo entre os falantes portugueses e foi utilizado como meio de comunicação entre eles, sendo desconhecido pelo seu oponente. Nesse período, o português foi denominado como “língua de resistência”, por manter-se firme diante do regime opressor. Desse modo, “os timorenses defendem a influência cultural portuguesa, que foi ‘proposta e não imposta’, ao contrário do que aconteceu com a influência indonésia” (PAULINO, 2019a, p. 108).

Assim que os timorenses obtiveram êxito em sua independência, iniciou-se a busca por uma nova conjuntura para o país que, desde então, havia vivenciado um grande período de javanização⁶, com a dizimação de aproximadamente 250 mil timorenses. Todavia, para que a língua portuguesa viesse a firmar-se no território, ocorreu a sistematização de suas línguas regidas e documentadas⁷, constando como línguas oficiais a língua portuguesa e o tétum, com a variante tétum-praça e, ao lado delas, as línguas de trabalho, inglês e o *bahasa indonésia*. As línguas trabalhistas ocupam esse status devido a fatores históricos e culturais. A língua indonésia se vale de um mecanismo

6 O período caracterizado como javanização no Timor-Leste, sucedeu devido à ocupação das tropas indonésias, que buscam dominar o país, implantando sua língua a toda nação timorense, por meio de imposições armadas e não permitindo o uso de outros idiomas.

7 Na Constituição da República Democrática de Timor-Leste de 2002.

facilitador para os timorenses mais jovens, que foram alfabetizados nesse idioma, e o inglês manteve seu status ao lado do *bahasa*, interligando diversos países.

De acordo com Albuquerque e Almeida (2020), após o período de ocupação dos povos indonésios, a língua tétum se propagou rapidamente, em razão de sua nomeação como oficial pela igreja católica do Timor e por ser frequentemente utilizada pelos nativos em conversas informais entre familiares e amigos. A língua portuguesa, por sua vez, disseminou-se de maneira lenta e complexa, em razão das influências linguísticas de outras variedades reestruturadas desse idioma, resultantes de trocas lexicais entre os povos e devido à imposição dos indonésios à ilha durante seu período de ocupação, quando falar a língua portuguesa era considerado crime com sujeição à morte de qualquer cidadão que desrespeitasse à ordem do regime opressor.

Assim, os anos subsequentes ao grande massacre ocorrido no Timor foram receosos por parte da população, e o medo de pronunciar o idioma lusitano ainda prevalecia sobre o seio timorense. A língua portuguesa foi, aos poucos, adquirindo espaço e autonomia no país, procurando estender-se para boa parte da população, até que os timorenses pudessem se familiarizar com o idioma, inseri-lo

em eventos formais e perceber que o país havia se tornado uma nação independente. Silva (2012) explica que, entre 2002 e 2003, menos de 5% da população nativa timorense manejava a língua portuguesa, enquanto parte majoritária da população escorava-se no tétum e na língua indonésia. Dessa forma, a língua tétum, por ser uma das mais faladas no Timor e nomeada oficial, possibilitava a conversação informal entre indivíduos de diversos grupos.

Convém, entretanto, destacar que, antes do período indonésio, em termos de difusão territorial e entre pessoas de diferentes línguas maternas, o tétum era usado em quase todas as situações cotidianas, enquanto a língua portuguesa se restringia à escrita ou às atividades relativas a determinados fins de ordem cultural ou administrativa. (BRITO, 2013, p. 79)

Devido ao escasso manejo da língua portuguesa no país, pode parecer contraditório ou inadequado sua escolha como uma das línguas oficiais de Timor-Leste. O português não tentou minimizar o tétum para que conseguisse se sobrepor, mas serviu-lhe de suporte e contribuiu para o seu desenvolvimento, emprestando grande quantidade de termos e palavras dela oriundas. Diante disso, ambas as línguas oficiais de Timor mantêm uma relação. Na verdade, houve um processo de gramaticalização das línguas oficiais

de Timor, possibilitando que a comunidade obtivesse êxito no ensino em âmbito escolar, o que possibilitou, por sua vez, a permanência da língua portuguesa para fins administrativos, pois “o português é uma língua com a qual a maioria dos alunos não está familiarizada, sendo remetida frequentemente, sobretudo, na Escola para a função da língua do escrito, por oposição à cultura timorense” (SOARES, 2019, p. 94).

Por intermédio da constituição de uma gramática, a língua portuguesa conseguiu expandir seu espaço conceitual na sociedade e, por meio do ensino nas escolas, a noção de prestígio vigente se pluralizou, pois a língua se transfigura quando seus falantes entendem que ela deve se manter viva na sociedade. Sendo assim, através da inclusão de Timor-Leste como país lusófono na CPLP, ocorrida logo após a Restauração de sua Independência em 2002, ampliaram-se as possibilidades de parcerias internacionais que lhe permitissem benefícios sociais, políticas linguísticas e culturais, a fim de traçar melhorias tangíveis quanto ao ensino de língua portuguesa, sua configuração e seu manejo. Assim,

do ponto de vista europeu, a adesão de Timor à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) representa uma

conquista cultural: o universo da lusofonia expande-se e torna-se mais colorido com a presença dum outro povo tão desconhecido e longínquo. A língua portuguesa adquire então uma dimensão verdadeiramente transcontinental e transoceânica, mas tem também de estimular esta expansão com um trabalho contínuo que não se limite só a aparecer como língua oficial dum país, mas que abrace o maior número de timorenses. (BEDIN; CASTAGNA, 2010, p. 163)

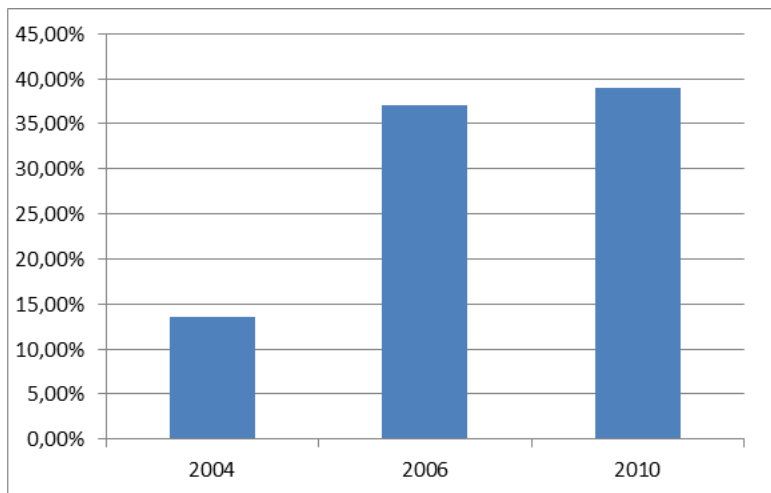
Os timorenses mais jovens não dominavam com maestria o idioma lusitano em seu âmbito parental, porque, “a proibição de falar português, imposta pelos indonésios e a obrigatoriedade de falar malaio indonésio⁸, no período compreendido entre 1975 e 1999, tinha criado duas comunidades de falantes: os velhos falantes de português e os jovens falantes de *bahasa*” (SOARES, 2011, p. 96). Em razão disso, a grande maioria dos jovens timorenses foram alfabetizados em língua indonésia, utilizando o idioma em conversas rotineiras com amigos e em contextos que necessitassem de trocas afetivas visando à promoção da comunicação, enquanto a língua portuguesa se restringia apenas a ambientes formais. Contudo, o regimento do status da língua portuguesa em Timor se deu pela concretização de sua oficialidade

8 O malaio é uma família de línguas, dentre as quais se encontra o *bahasa* indonésia (GUNN, 2001).

e pela utilização em documentos de caráter público e em ambientes com teor formal.

A língua portuguesa conquistou seu espaço de maneira lenta e gradativa em Timor-Leste, prosperando por intermédio de três mecanismos: o comércio, a igreja e a política. Ao notar a lenta progressão, o governo timorense começou a intervir, inserindo o ensino de língua portuguesa nas escolas com o intuito de reverter a situação linguística do país. Paulino (2011) assevera que, por meio de inquéritos apurados em 2004, houve uma constatação de que apenas 13,6% dos cidadãos timorenses falavam a língua portuguesa. Em 2006, os dados de recenseamentos foram ainda mais significativos, apontando que 37% dos timorenses falavam a língua portuguesa. Segundo Diniz e Silva (2013), de acordo com dados do censo de 2010, a porcentagem apresentou-se de forma crescente, constatando que 39,3% dos jovens era alfabetizada em português, o que quantifica que, mesmo em meio aos desafios, o uso da língua portuguesa tem crescido significativamente. Eis o Gráfico 1:

Gráfico 1- Porcentagem de alfabetizados em língua portuguesa em Timor-Leste



Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo Ramos (2016), a crescente porcentagem do número de falantes portugueses torna-se justificável devido ao posicionamento adotado pelo governo de Timor ao introduzir o ensino de língua portuguesa nas escolas e nas instituições de nível superior, como é o caso da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). Em 17 de novembro de 2001, a instituição inaugurou o Centro de Língua Portuguesa, que posteriormente possibilitou a abertura do Instituto da Língua Portuguesa, visando à promoção da língua em Timor-Leste. Além disso, a UNTL conta com o Departamento de Língua Portuguesa, que assegura a formação de profissionais aptos e qualificados na área, para que, assim, possam garantir o ensino do

português às gerações vindouras, mantendo a língua viva e crescente na região. Aprender a língua portuguesa em Timor tornou-se uma questão de status linguístico, visto que é ela que marca todos os documentos que regem o país, sendo empregada em ocasiões formais.

Devido ao contexto da sócio-aprendizagem, o ensino de língua portuguesa ainda se apresenta ao público jovem timorense como um “ensinar de uma segunda língua”. Assim, se a língua portuguesa vier a ser comparada a um idioma estrangeiro em Timor-Leste, pode-se afirmar que, “por um lado, é verdade, mas, por outro lado, é uma língua que reflecte e preserva a cultura e a identidade linguística timorense” (PAULINO, 2019a, p. 107). Desse modo, a língua portuguesa é vista como uma segunda língua para alguns timorenses, devido à sua escassa utilização em ambientes informais e por não ser aprendida em berço familiar.

A língua é assim, um veículo de ação social. E como tal, devemos levar em consideração que falar uma língua não se restringe ao vocabulário, é preciso ter domínio também da estrutura da língua e de sua cultura para não só construir adequadamente um enunciado, como também saber se comportar e depreender o sentido dos diversos actos de linguagem de uma determinada língua. (PAULINO, 2011, p. 73)

Apesar de a língua portuguesa ser uma das integrantes da diversidade linguística que existe na ilha, o domínio dela está intimamente ligado a situações que inferem institucionalidade, sendo postulada como “Língua de Instrução” em Timor, dada a determinação dos contextos que a excluem de seu uso diário. Assim, a oficialização da língua portuguesa na região foi um fator de grande importância para o país, tendo em vista que ela se mantém na ilha por mais de 500 anos e foi utilizada pela resistência durante a batalha da independência contra o regime indonésio.

A adoção de uma língua quanto ao seu regimento de oficialidade é algo marcante para o país. Devido à sua autonomia e autenticidade, contribui para a identidade da nação. Desse modo, o idioma lusitano na nação timorense, com o decorrer dos tempos, intensificou-se e se reconfigurou, mediante a sua natureza indispensável por fazer parte da história constitutiva da nação desde a colonização. A língua portuguesa tornou-se um fator de identidade de caráter nacional, traduzindo uma noção de notoriedade diante da trajetória histórica e de perseverança de um povo que lutou para que ela conquistasse um status prestigioso. Assim, o português sobreviveu em meio a perseguições e imposições do

regime opressor indonésio, transfigurando-se de língua do colonizador à língua de prestígio.

O português em Timor-Leste: de língua de resistência a status linguístico

Sobre o processo transfigurativo do português de língua de resistência a status linguístico, é importante identificar os principais fatores colaborativos para a intensificação da língua em Timor-Leste, dentre eles o valor significativo que tal idioma representa no “paladar do povo timorense”, a iniciar no período Timor-Português, estendendo-se até os dias atuais, firmando-se no território até o evidenciar de sua conquista. Fato é que a política linguística “é entendida como uma forma de resolver ‘problemas linguísticos’ em novas sociedades multilíngues, decidindo sobre as funções que cada língua cumpriria no novo país ‘equipado’” (LAGARES, 2018, p. 21).

Em razão disso, a noção de status linguístico de uma língua diz muito sobre seu papel representativo para a nação, tendo em vista o seu valor político-identitário, que a torna qualificativa e primordial para o desempenho e disseminação de sua cultura linguística. Desse modo, a escolha da língua portuguesa como uma das línguas oficiais de Timor foi uma tentativa de minimizar os problemas

linguísticos causados por outras línguas — como é o caso do *bahasa* indonésia —, de maneira que a língua portuguesa pudesse atingir seu aspecto de notoriedade, por se tratar da língua do colonizador.

Regina (2013) pontua que é de vital importância a valorização da língua portuguesa em Timor-Leste, devido ao posto que ocupa no país, valendo-se de seu status linguístico de oficialidade. Sendo assim, como possível resposta ao questionamento de como a política timorense de status linguístico influenciou na disseminação e sustentação da língua portuguesa, aponta-se que, por meio do desenvolvimento histórico-linguístico do português no território timorense, o idioma lusitano manteve suas raízes solidificadas no país, mesmo durante o período em que se manteve “adormecido”, frente às imposições do regime indonésio. Assim,

a língua portuguesa voltou a retomar seu status somente em tempos recentes, em 2002, com sua garantia de língua oficial na constituição. Contudo, vários problemas persistem até os dias de hoje, sendo os principais: o corpus do português, ou seja, o conjunto de suas práticas linguísticas [...] permanece extremamente reduzido; o status foi retomado parcialmente, já que retirei ‘a’ o Tétum-Praça também funciona como língua oficial e passa a assumir várias funções; e, ao aceitar o inglês e o

indonésio como línguas de trabalho, a língua portuguesa passa a ter competição em alguns setores da sociedade e em seus respectivos usos. (ALBUQUERQUE; TAYLOR-LEECH, 2012, p. 160)

A política de status linguístico timorense entende a relevância do percurso histórico da língua portuguesa no país, devido à convivência do idioma com outras línguas e variedades no território, além de sua inserção na Constituição Federal de 2002, como língua oficial ao lado do tétum, quando retomou seu status de prestígio no país, uma vez que a língua é um dos elementos que traduzem a representatividade e o aculturamento de uma nação. Segundo Almeida (2008), o que mantém viva a memória do português em Timor-Leste é o caráter identitário que sucedeu a partir do culto religioso em português na Era Colonial e o manejo da língua portuguesa utilizada por razões de ensino em escolas jesuíticas, o que propiciou a difusão e a fixação de tal idioma no território timorense.

Nesse sentido, a língua portuguesa conquistou seu status de oficialidade devido a um percurso histórico marcado pelo protagonismo, mesmo com a intervenção de outras línguas também presentes no território timorense, devido a seu aspecto prestigioso, por ser redigida e ensinada de acordo com seu caráter de oficialidade e se fazer

presente em documentos públicos do país. Para entender como se deu isso, cabe uma ressalva sobre o percurso da língua portuguesa no Timor-Leste, de modo que se possa compreender a transfiguração da língua portuguesa de “língua de resistência” em “status de língua de prestígio”.

A língua portuguesa se consolidou como idioma potente no território timorense com o passar dos séculos, por meio da disseminação na era colonial, inaugurada no século XVI. No entanto, com o advento da ocupação indonésia, em 7 de dezembro de 1975, os habitantes timorenses tiveram de adotar o *bahasa* indonésia, língua imposta pelos invasores na ilha de Timor. Assim, o português ficou conhecido como “língua de resistência” no território timorense, “pois era utilizada como estratégia entre os/as integrantes da resistência para se comunicarem e articularem suas ações” (GUIMARÃES, 2018, p. 33).

Com efeito, a ocupação das terras timorenses pelos povos indonésios foi um marco para a nação, devido às contribuições que deixaram para o desenvolvimento do país, como abertura de universidades e escolas formais, apesar das imposições do regime para com aqueles que manejassem a língua portuguesa e a língua tétum. Com isso, Timor-Leste passou por uma série de inconstâncias

frente aos seus ocupantes e, ainda assim, pôde desfrutar de um legado que tem buscado o desenvolvimento do país, visando ao desenvolvimento político e econômico, apesar da imposição linguística indonésia aos timorenses. Na verdade, a língua portuguesa resistiu na administração pública, carregando consigo “valores socioculturais [que foram] esmagados por uma política repressiva de ocupação” (ALMEIDA, 2008, p. 42).

Diante das imposições da Indonésia em Timor, “a Língua Portuguesa, proibida pelo governo indonésio, era utilizada pela resistência clandestina para veiculação de informações sigilosas entre as lideranças da guerrilha” (SILVEIRA, 2021, p. 47). Como estratégia de dominação, os indonésios começaram a criar redes de ensino, introduzindo nas escolas a língua indonésia, de modo que todo cidadão que se dispusesse a ser matriculado nas escolas formais criadas nesse período tivesse que se submeter ao ensino na língua do dominador. Como parte estratégica de resistência às imposições por parte de seus oponentes, os portugueses envolviam seus livros em sacos plásticos com o objetivo de conservação de seu idioma também na escrita do país. A manutenção do uso oral do português em época de proibição funcionava como a resistência da modalidade falada na ilha.

Tem-se que, “o discurso de ‘língua de resistência’, em associação à uma ‘tradição lusófona’ atribuída ao país, permeiam as justificativas que sustentam a oficialização da língua portuguesa na Constituição da República Democrática de Timor-Leste” (*sic*) (SILVEIRA, 2018, p. 251). Sendo assim, a expressão “língua de resistência” diz muito sobre a trajetória da língua portuguesa no território timorense, tendo em vista o seu passado de lutas, em busca de conservação e autonomia, marcada por desafios, desde a ocupação indonésia em Timor-Leste, valendo-se da memória identitária que esse idioma refletia na tradição do país, até sua acreditação como oficial.

Os colonialistas portugueses foram os derradeiros no processo de colonização de Timor-Leste, o que contribuiu para a atual notoriedade da língua portuguesa no que tange ao cenário educativo do país. A língua “não está dissociada da cultura, ou seja, uma não existe sem a outra, não é mais importante, apenas se complementam” (PAULINO, 2011, p. 74). Desse modo, os timorenses mantêm viva a memória de agradecimento aos portugueses, por agregarem valores religiosos, culturais e educacionais ao seu país. Pensar a língua portuguesa como resistência timorense

remete diretamente aos discursos produzidos no período em que a Indonésia

ocupou Timor-Leste, período de conflito armado no país e da organização e atuação do movimento clandestino de resistência. Concorrem para a construção discursiva da ‘resistência linguística’ atribuída à língua portuguesa na história timorense os lugares ocupados pelas línguas nacionais de Timor – sobretudo a língua tétum – e pela língua indonésia, bem como os discursos produzidos sobre essas línguas e as práticas linguísticas que veiculavam esses idiomas. (SILVEIRA, 2018, p. 257-258)

De acordo com Albuquerque (2010), durante a era do regime indonésio, a língua portuguesa teve pouca ênfase na perspectiva de sua difusão, uma vez que o governo indonésio impôs a aplicação de seu idioma a toda comunidade timorense, por intermédio do ensino e da criação de redes escolares, o que influenciou uma majoritária parcela populacional (58%) a aprender o *bahasa*, deixando-o em destaque, enquanto a língua portuguesa, de influência lusitana, foi se dispondo de forma invisibilizada, de modo que apenas 37% da população a utilizava no território.

O período colonialista português trouxe aos cidadãos com mais de 40 anos uma memória de apreço pelo idioma, dada a forma como eles foram inseridos no sistema de ensino português, tanto escolar quanto religioso, predominantemente pela igreja católica. Por não ter havido

propriamente uma imposição linguística, apesar das várias formas de influência para o aprendizado do idioma, o incentivo ao aprendizado de português foi bastante distinto se comparado à obrigatoriedade do *bahasa* indonésia. Na visão de Batoréo e Casadinho (2009), os timorenses mais anciãos aprenderam a língua portuguesa de maneira elementar, de forma facilitadora e objetiva na época em que Timor estava sob o domínio dos portugueses.

Em decorrência disso, a forma de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa, para eles, manteve-se sob uma perspectiva materna, o que culminou com o desenvolvimento do idioma colonial português em Timor-Leste. Grande parte dos cidadãos timorenses não visualizavam como justa a imposição da língua indonésia, o que era demonstrado pelos indivíduos que participavam de concentrações ativistas e resistentes ao uso do *bahasa*, marcando a não identificação como nativos daquela língua. Tratava-se de uma questão identitária. Sendo assim, a língua portuguesa, para os cidadãos mais antigos de Timor, é percebida como não opressora, identitária e não forçosa, além precursora no país.

Já os jovens timorenses não aprenderam a língua portuguesa de igual modo, mais sim em âmbito quase

que puramente escolar, visando a fins formativos, de caráter público, como consequência de ela ter sido banida em seu passado pelo governo oponente na era da dominação indonésia. Além do mais, os cidadãos anciãos que a utilizaram durante o colonialismo português foram submetidos à não utilização do idioma em seus discursos durante o regime militarista indonésio, sendo a língua portuguesa manejada de forma secreta. Em razão disso,

em recente encontro com os representantes permanentes dos países da CPLP junto à ONU, a liderança do CNRM ressaltou a importância do português como símbolo de resistência para os timorenses contrários à integração, pois, caso a Indonésia deixasse de ser vista como inimiga, o risco da absorção cultural e política seria enorme. (CUNHA, 2001, p. 190)

Os cidadãos timorenses mantiveram-se firmes em elevar o status do português em seu país. Por iniciativa do Conselho Nacional da Resistência Timorense, em agosto de 2000, houve a delimitação de línguas oficiais no país, adotando-se a língua portuguesa como oficial e a língua tétum como oficial e nacional. O português foi se destacando em Timor devido à sua vasta representatividade identitária para a nação timorense, desde o desbravamento dos portugueses na ilha, e, por ser uma língua presente nas atividades políticas do país, acabou por representar prestígio,

exercido inclusive em caráter documental e formalidades do território.

No entanto, segundo aponta Albuquerque (2010), o uso cotidiano do português vem se tornando cada vez mais comprometido em Timor-Leste, considerando a prevalência de notoriedade desse idioma naquelas terras. O autor ressalta que o idioma lusitano é pouco falado no território em comparação com a língua tétum, o que quantifica o seu uso como uma segunda língua, destinada a ações que requeiram um regulamento de preponderância para o país, além de ser requisitada em âmbito escolar em Timor. Ocorre que,

na realidade, a língua portuguesa vem perdendo espaço vertiginosamente na 'guerra de línguas' que está ocorrendo nos últimos anos, principalmente para a língua inglesa, que é a língua mundial, sedutora e grande ameaça às línguas autóctones, e para o *bahasa indonesia*, a língua do dominador recente. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 44)

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste, aprovada em 22 de março de 2002, marca, no artigo 11, que é dado lugar de destaque à valorização da resistência e à igreja católica, que propagava a fé cristã, utilizando como veículo de comunicação a língua portuguesa. O artigo ainda declara proteção a todos que arriscaram suas vidas

em prol da luta pela independência do país e da segurança quanto ao ensino superior público. O registro desses fatos históricos na Lei Magna do país aponta para uma perspectiva histórico-memorial e identitária em relação à língua lusitana, ainda que quantitativamente tenha lugar de segunda língua, conforme aponta Albuquerque (2010).

No artigo 13 da Constituição Anotada de Timor-Leste (VASCONCELOS *et al.*, 2011), ficam estabelecidas as línguas oficiais e nacionais do Timor. Com caráter de oficialidade, são designadas a língua portuguesa e o tétum, levando em consideração a trajetória desses idiomas no país e sua importância na luta contra resistência, valendo-se do percurso dessas línguas no território. A junção da língua portuguesa e da língua tétum como oficiais em Timor-Leste “fundamentou-se no aspecto histórico das relações que ligam Timor a Portugal e na importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia” (ALBUQUERQUE; RAMOS, 2019, p. 194). Como Kramsch (1998) afirma que a língua está vinculada à cultura de um povo, de forma múltipla e complexa, pode-se notar que a escolha das línguas oficiais diz muito sobre a cultura de uma nação, pois evoca uma trajetória de lutas e resistência, sendo a língua(gem) indissociável da cultura.

Desse modo, “no caso de Timor, a adoção do ‘português’ como língua oficial faz parte, juntamente com o ‘tétum’ e outras línguas locais como elementos indispensáveis da Identidade Nacional de Timor-Leste” (PAULINO, 2011, p. 80), uma vez que colaboraram como elementos essenciais; o tétum por ser uma língua nacional, frequentemente utilizada, e o português por sobreviver em meio à resistência, sendo capaz de trazer a representatividade do povo timorense. Apesar das dificuldades apresentadas a respeito do desenvolvimento da língua portuguesa em meio a outras línguas presentes em Timor-Leste, ao que parece, há uma noção de pertencimento dos cidadãos em relação ao português, graças à contribuição que o idioma deixou para o povo.

Segundo Carioca (2016), as políticas linguísticas determinam o desenvolvimento da língua portuguesa em Timor-Leste, valendo-se da vigência das línguas oficiais promulgadas na Constituição da República Democrática de Timor-Leste, em 2002. Sendo assim, a língua materna (tétum) é ensinada não somente nas escolas, mas no seio familiar, estando presente em torno de 70% dos discursos dos timorenses. O português deve ser inserido em sequência, por se tratar de uma das línguas oficiais de Timor. Ele se faz

presente nos ensinamentos escolares e está vinculado às práticas comunicativas nessas aulas, sendo cada vez mais difundido no território.

O uso da língua portuguesa é limitado a poucas situações formais: o ensino escolar, as atividades universitárias e na área jurídica. Geralmente, não há, em situações cotidianas, o uso da língua portuguesa; e a língua franca entre os povos leste-timorenses, que possuem línguas maternas distintas, é o Tétum, em sua variedade Tétum-Praça, e quando surge nas demais situações comunicacionais, a necessidade de uma língua internacional e o uso da terminologia técnico-científico e jurídico-administrativo (parcialmente ausente em Tétum-Praça), inclusive nos variados níveis de ensino, ora é usado o malaio, ora o inglês. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 35)

Albuquerque (2010) explica que, nos tempos atuais, a língua portuguesa vem sofrendo dificuldades quanto a seu status linguístico em Timor-Leste. Devido à concorrência linguística que há no país, seu espaço de notoriedade vem sendo substituído, de certa forma, pela língua inglesa, inclusive com registro de relevância no art. 159 da Constituição da República de Timor-Leste: “A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário” (TIMOR-LESTE, 2002, p. 45).

Isso porque a língua inglesa se qualifica como uma língua mundial que marca relevância em todas as comunidades e, por esse motivo, vem sendo empregada em discursos e documentos oficiais em Timor-Leste.

Diante disso, o inglês apresenta-se como uma possível ameaça para o desenvolvimento da língua portuguesa em seu aspecto administrativo no país, tendo em vista a notoriedade mundial dos Estados Unidos. O que se pode dizer é que a Constituição timorense elenca aspectos de tempo (indefinido) e de necessidade. Logo, quando não se fizer mais necessário o uso do inglês, assim como o do indonésio, na administração pública, haveria, em tese, uma tendência ao emprego das demais línguas oficiais, que marcaram a histórica de Timor.

De qualquer forma, não se pode negar que a língua portuguesa exerce papel de relevância em Timor-Leste, a começar por possibilitar a inclusão do país na comunidade lusófona, colaborando para que a nação fortaleça laços nacionais e desponte internacionalmente, considerando o reconhecimento e o prestígio de que goza a CPLP. Nesse sentido, participar de uma comunidade lusófona internacional pode viabilizar a criação e manutenção de projetos e recursos entre Timor e demais países-membros.

A fim de compreender a situação atual da língua portuguesa no que se denomina ‘espaço lusófono’, é preciso recorrer a informações acerca da entrada do português nas diferentes colônias. Como se sabe, ao contrário do que fizeram outros colonizadores europeus, nunca houve por parte de Portugal uma relação entre expansão marítima e expansão linguístico-cultural. (BRITO, 2010, p. 178)

De fato, a expansão marítima portuguesa estava primordialmente ligada à necessidade de descoberta de novos territórios para a exploração de bens naturais e matérias-primas, por isso, de modo secundário, ocorria uma expansão linguística que, a princípio, facilitava as atividades do comércio, apesar de não se descartar o interesse de disseminação religiosa que refletia, inclusive, no ensino da língua pelos jesuítas. Assim, Timor-Leste busca viabilizar a preservação da cultura nacional de seu país, prezando pela manutenção de seu idioma de forma acentuada e efetiva. E a língua portuguesa é um elemento de salvaguarda à manutenção das línguas nacionais timorenses e que promove a preservação de toda uma identidade histórica, levando em conta sua função no país, diretamente ligada à memória colonial portuguesa.

Por não parecer haver um perigo de substituição das línguas nativas pelo português, devido ao ambiente em que

é praticado, o reforço do idioma lusitano aponta para um carácter histórico-identitário, de modo que seu incentivo reforça as raízes timorenses em relação ao seu passado colonial e a seu futuro dentro das relações propiciadas pela CPLP. De acordo com Silva (2012), em 2003, Timor-Leste presenciou a abertura da I Feira do Livro Lusófono, na capital Díli, o que viabilizava o processo de difusão e reconhecimento da língua portuguesa no país. Fundado por iniciativa do Instituto Camões, órgão proveniente do Ministério de Negócios Estrangeiros Portugueses em Timor-Leste, esse evento buscou, por meio de acervos bibliográficos e palestras, uma melhor cooperação entre Timor-Leste e os demais países que compõem a CPLP, visando a benefícios que potencializem o desenvolvimento da língua portuguesa no país.

Para isso, Gouveia (2019) apresenta os enquadramentos constitucionais globais da língua portuguesa por meio de cinco métodos denominados como comparativos. O autor pontua que: i) o estado deve garantir atualizações do sistema constitucional, com o objetivo de assegurar que a história do país seja preservada e sustentada por lei, levando em consideração não apenas aspectos históricos, mas também demográficos; ii) a Constituição deve ser

frequentemente difundida, com o intuito de buscar atualizações de forma a assegurar suas funções, garantindo qualidade e legibilidade de seus conteúdos e configuração; iii) atribuição de direitos básicos voltados para a área de política jurídica; iv) aprimoramento do país tendo em vista sua estrutura econômica, concebendo autonomia para o setor privado e potencializando a administração pública; e v) aperfeiçoamento político, buscando segmentar os departamentos governamentais.

Assim, os métodos comparativos visam à preservação histórica do país, apontando regulamentos com o intuito de assegurar a vigência do português no território. Desse modo, dentre os direitos constitucionais à língua portuguesa, infere-se o de teor linguístico, por apresentar-se como língua oficial nos países em que se estabelece o uso desse idioma. Diante disso, a língua portuguesa em Timor-Leste “não anula a possibilidade de nesses sistemas jurídico-constitucionais o português coexistir com outras línguas oficiais do mesmo modo obrigatórias, sendo até comum nalguns destes Estados o reconhecimento do pluralismo linguístico” (GOUVEIA, 2019, p. 124).

Para efeito ilustrativo, foram selecionadas imagens que traduzem a realidade da língua portuguesa no território

timorense. A Figura 1 faz alusão a um panfleto de caráter informativo da UNTL, valendo-se do uso das duas línguas oficiais do Timor, estando a língua portuguesa apresentada em sua modalidade culta-prestigiosa no país, ao lado do tétum.

Figura 1- Panfleto informativo da UNTL



Fonte: Universidade Nacional Timor Lorosa'e (2021).

De modo análogo, a Figura 2 apresenta a língua portuguesa sob aspecto formal da escrita, ou seja, em observância à norma gramatical portuguesa, tratando-se de um artigo de editorial jornalístico. Tal Figura traduz o aspecto de relevância do idioma lusitano em Timor-Leste, por dispor de rigor e de formalidade, apresentando-se por meio de publicações e jornais oficiais do país, o que marca certo grau de notoriedade no país.

Figura 2 - A língua portuguesa em modalidade formal

Fonte: [Jornal da República \(2008\)](#).

Diante do exposto, nota-se que a língua portuguesa mantém um papel de relevância no território timorense, apresentando-se não apenas em documentos oficiais, mas também fora deles, sugerindo que seus cidadãos têm uma memória identitária do idioma no país, devido à sua resistência no período de ocupação dos indonésios. Em vista disso, os timorenses utilizam o português a fim de estarem inseridos na comunidade lusófona.

Conclusão

Este artigo objetivou verificar, por intermédio da pesquisa bibliográfica, como a política timorense de status linguístico influenciou na disseminação e na sustentação da língua portuguesa em Timor. Como hipótese, foi apontada possibilidade de que a língua portuguesa exerça um o papel

de preponderância, de status, em Timor-Leste, apenas em razão da oficialidade atribuída pela Constituição, o que seria uma afirmação parcialmente confirmada, considerando, com ênfase, dois pontos: a) o registro do idioma com status de oficialidade na Lei Magna representa uma série de percursos históricos prévios, os quais não podem ser ignorados ou apenas subentendidos; b) a inclusão de Timor como membro da CPLP reafirma a relevância do português no país, inclusive para efeitos cooperativos internacionais.

O item “a” corresponde à trajetória da língua portuguesa até sua elevação a oficial em Timor, marcada pela resistência em manter-se firme no território, devido à imposição durante o domínio indonésio, quando a língua portuguesa foi considerada como idioma de resistência em Timor-Leste, por permanecer-se firme diante daquele regime opressor. Mesmo depois da retirada do seu oponente, o português permaneceu por um longo período como um idioma que levava consigo o medo de uso. Com o passar do tempo e, por meio de sua inserção como uma das línguas oficiais de Timor-Leste na Constituição Federal do país, a língua portuguesa foi adquirindo teor prestigioso no Timor, sendo ensinada nos ambientes escolares e estando presente em órgãos oficiais e documentos de caráter público.

Quanto ao item “b”, entende-se que, devido à inclusão de Timor-Leste como país membro na CPLP, logo após a restauração de sua independência em 2002, alargou-se as possibilidades de desenvolvimento e visibilidade internacional do país, refletindo-se em apoios à comunidade dos países membros, de forma a colaborar com seu aspecto democrático e estrutural. Por meio do fortalecimento das alianças através de acordos bilaterais na área educacional e tecnológica, visando à disseminação da língua portuguesa em Timor e seu enraizamento no seio do povo timorense, foi possível a promoção de eventos que enfatizam a propagação do idioma, como a Feira do Livro Lusófono, cujo objetivo é o de unificar e fortalecer a língua portuguesa no país, incentivando a leitura no idioma.

Assim sendo, o idioma lusitano tem ocupado seu aspecto de notoriedade em Timor devido à sua trajetória histórica, marcada por desafios até sua acreditação como oficial, fato ocorrido devido sua resistência mediante ao regime opressor. Assim, o português é considerado pelos timorenses como uma língua de prestígio, utilizada pela elite intelectual do país e pelos órgãos públicos de Timor-Leste. Diante do exposto, sugerem-se aprofundamentos futuros e levantamentos a respeito dos status do português em Timor-Leste.

Referências

- ALBUQUERQUE, Davi Borges de. O ensino de língua portuguesa em Timor Leste: variedades e dificuldades. *Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 12, n. 5, p. 31-47, 2010. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1205>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- ALBUQUERQUE, Davi Borges de; TAYLOR-LEECH, Kerry. Política linguística para as línguas oficiais em Timor-Leste: o português e o Tétum-Praça. *Gragoatá*, Niterói, n. 32, p. 153-169, 1. Sem., 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24687>. Acesso em: 01 out. 2021.
- ALBUQUERQUE, Davi; RAMOS, Rui. O português na República Democrática de Timor-Leste: quase duas décadas depois. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 9, n. 4, p. 76-105, 2019. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/1929> Acesso em: 08 jul. 2021.
- ALBUQUERQUE, Davi; ALMEIDA, Nuno Carlos Henrique de. Paisagem linguística de Timor-Leste. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 14, n. 4, p. 1197-1244, 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/domiosdelinguagem/article/view/51762> Acesso em: 13 jul. 2021.
- ALMEIDA, Nuno Carlos Henrique de. *Língua portuguesa em Timor-Leste: ensino e cidadania*. 2008. 160 f. Tese (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa. Lisboa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/479>. Acesso em: 03 nov. 2021.
- BATORÉO, Hanna; CASADINHO, Margarida. O Português—uma língua pluricêntrica: O Caso de Timor-Leste. *Revista portuguesa de humanidades, estudos linguísticos*, Braga, v. 13, n. 1, p. 13-1, 2009. Disponível em: http://catedraportugues.uem.mz/storage/app/media/docs/bib_timor/Batoreo_Casadinho_2009.pdf. Acesso em: 08 ago. 2021.
- BEDIN, Francesca; CASTAGNA, Vanessa Ribeiro. Timor Leste: construção

duma identidade. *OP SIS*, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 147-168, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9758>. Acesso em: 07 jul. 2021.

BRITO, Regina Pires de. Temas para a compreensão do atual quadro linguístico de Timor-Leste. *Ciências & Letras—Ásia: história e cultura*, [S.l.], v. 48, p. 175-194, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279502978_TEMAS_PARA_A_COMPREENSAO_DO_ATUAL_QUADRO_LINGUISTICO_DE_TIMOR-LESTE. Acesso em: 09 ago. 2021.

BRITO, Regina Pires de. *Língua e identidade no universo da lusofonia: aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. São Paulo: Editora Terracota, 2013.

CARIOCA, Cláudia Ramos. As funções sociais da língua e as políticas de difusão do Português no Timor-Leste. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 32, p. 427-447, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/yrYPT3pnTBhwGBNLgb7NNj/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CENSO DE TIMOR-LESTE. *Timor-Leste em números*. 2017. Disponível em: <https://www.statistics.gov.tl/wp-content/uploads/2019/01/Timor-Leste-In-Number-2017.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

CUNHA, João Solano Carneiro da. *A questão de Timor-Leste: Origens e evolução*. Brasília: FUNAG/Irr., 2001. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/25-Questao_de_Timor-Leste_A.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

DINIZ, Izabel Cristina Silva; SILVA, Luana Fabrícia Correia. Língua Portuguesa em Timor - Leste: contexto de ensino e crenças sobre aprendizagem. *Revista Multidisciplinar Acadêmica Vozes dos Vales*, UFMG, Minas Gerais, n. 04, ano II, out., 2013. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Língua-Portuguesa-em-Timor-Leste-contexto-de-ensino-e-crenças-sobre-aprendizagem-Brasil.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

FERNANDES, Francisco. *Radiografia de Timor Lorosae*. Macau: University of Saint Joseph, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/download/45896498/Radiografia_de_Timor_Lorosae.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

GOUVEIA, José Bacelar. Timor-Leste no constitucionalismo de língua portuguesa. *Revista da Faculdade de Direito*, Brasília, v. 16, p. 324-376, 2019. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/70520/1/JBG_TIMOR_LESTE_NO_CONSTITUCIONALISMO_DE_LINGUA_PORTUGUESA.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

GUIMARÃES, Joice Eloi. Língua Portuguesa no Timor-Leste: escrita e autoria. *Entretexos*, Londrina, v. 18, n. 1, p. 31-52. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretexos/article/view/29085> Acesso em: 15 maio 2021.

GUNN, Geoffrey. Língua e cultura na construção da identidade de Timor-Leste. *Camões*, Revista de Letras e cultura lusófonas, 2001. Disponível em: [https://geoffreygunn.com/material/TIMORlingua%20e%20cultura\(REVISTA\).pdf](https://geoffreygunn.com/material/TIMORlingua%20e%20cultura(REVISTA).pdf). Acesso em: 30 out. 2021.

JORNAL DA REPÚBLICA. *Publicação Oficial da República Democrática de Timor-Leste*. Série I, n. 40, 2008. Disponível em: <http://www.moe.gov.tl/pdf/LeiBaseEducacao.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

KRAMSCH, Claire. *Language and culture*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística?: Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

PAULINO, Vicente. Cultura e Múltiplas identidades linguística em Timor-Leste. *In*:

PAULINO, Vicente. Cartografia da Lusofonia de Língua Portuguesa no Mundo e em Timor-Leste. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 145-167, 2019a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/153245>. Acesso em: 1 jul. 2021.

PAULINO, Vicente. *Representação identitária em Timor-Leste: culturas e os media*. 2019. 405 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade de Lisboa, Lisboa- Faculdade de Letras- Departamento Anglístico, 2019b. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/7402>. Acesso em: 05 jul. 2021.

RAMOS, Rui Lima. Instituto da Língua Portuguesa da Universidade

Nacional Timor Lorosa'e: missão e ação. In: PAULINO, Vicente.; BARBOSA, Alessandro Tomaz (Orgs.). *Língua, ciência e formação de professores em Timor-Leste*. Díli: Universidade Nacional Timor Lorosa'e, 2016. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/41179>. Acesso em: 09 jul. 2021.

RAMOS, André Gonçalves. Língua Portuguesa em Timor-Leste: Percurso Histórico e Políticas Atuais Para a Manutenção da Língua. *Línguas & Letras, Cascavel*, v. 20, n. 46, p. 187-206, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/21406>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SILVA, Kelly Cristiane da. *As nações desunidas: práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SILVEIRA, Alexandre Cohn da. *Discursos sobre a língua (portuguesa) em Timor-Leste: entre colonialismos e resistências*. 2018. 342 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de pós-graduação em Linguística. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198268> Acesso em: 15 ago. 2021.

SILVEIRA, Alexandre Cohn. Lusofonias para Timor-Leste: um estudo crítico sobre políticas de língua. In: VASCONCELOS, Silvia Ines Coneglian Carrilho de; SOUZA, Fábio Marques de (Orgs.). *Lusofonias em debate*. São Paulo: Mentis Abertas, 2021.

SILVEIRA, Alexandre Cohn da. O Papel da Língua Portuguesa na Composição de uma Elite Política em Timor-Leste: Subsídios para uma Discussão Político-Linguística sobre Lusofonia. *Linguagens: Revista de Letras, Artes e Comunicação*, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 43-63, 2017. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/5968> Acesso em: 12 jul. 2021.

SOARES, Lúcia Vidal. Qual o papel da língua portuguesa na política educativa em Timor Leste?. COOPEDU - Congresso Portugal e os PALOP Cooperação na Área da Educação, p. 95-102, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2993> Acesso em: 01 out. 2021.

SOARES, Lúcia Vidal; ARAÚJO E SÁ, Maria Helena. O Babel timorense—à procura das línguas que cheiram a sândalo. *Revista REDINTER—Intercompreensão*, [S.l.], v. 4, p. 1-11, 2013. Disponível em: <https://sites.google.com/site/intercompreensaoredinter/numeros-publies/numero-4> Acesso em: 10 jul. 2021.

SOARES, Lúcia Vidal. O português no contexto multilíngue timorense. *Linha D'Água*, v. 32, n. 2, p. 87-106, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/154794>. Acesso em: 01 out. 2021.

TIMOR-LESTE. *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*. Díli: Assembleia Constituinte, 2002. Disponível em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

UNIVERSIDADE NACIONAL TIMOR LOROSA'E (UNTL). Disponível em: <http://www.untl.edu.tl/tl/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

VASCONCELOS, Pedro Carlos. Bacelar de *et al.* *Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste*. Braga: Editora da Universidade do Minho, 2011. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/4008/1/L_HenriqueCurado_2011.pdf Acesso em: 20 ago. 2021.

Leiliane Rezende da Silva Silveira

Graduanda em Letras (Português e Literaturas) pelo IFF.
Bolsista de Iniciação Científica do Instituto Federal Fluminense (IFF).
E-mail: leilianesilveira96@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7166433943386896>
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0698-3226>

Lorena Almeida Pedra

Graduanda em Letras (Português e Literaturas) pelo IFF.
Bolsista de Iniciação Científica do Instituto Federal Fluminense (IFF).
E-mail: lorenpedras@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6376548034537991>

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1517-4420>

Thiago Soares de Oliveira

Doutor em Cognição e Linguagem pela UENF.

Professor da Licenciatura em Letras (Português e Literaturas) do Instituto Federal Fluminense (IFF).

Atua no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

E-mail: so.thiago@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9517999630235808>

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3078-0058>